



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-15/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA

E de CONTROLE E PREVENÇÃO DE PRAGAS URBANAS 2026

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA nº [1.25.000.001866/2026-51](#)

SUMÁRIO

SEÇÃO I – INTRODUÇÃO.....	2
SEÇÃO II – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.....	2
SEÇÃO III – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	2
III.1. Do Objeto.....	2
III.2. Do Regime de Execução.....	3
III.3. Da Vigência e da Prorrogação.....	3
III.4. Da Dinâmica Operacional e Assistência Técnica (Garantia).....	3
III.5. Das Condições de Habilitação e Vistoria.....	3
III.6. Da Conformidade Ética e <i>Compliance</i>	3
SEÇÃO IV – DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.....	4
SEÇÃO V – DA BASE LEGAL.....	4
SEÇÃO VI – DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	5
SEÇÃO VII – DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO.....	5
SEÇÃO VIII – DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP.....	6
SEÇÃO IX – DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS.....	6
IX.1. Das Soluções Consideradas.....	6
IX.2. Da Justificativa Técnica e Econômica da Escolha.....	6
IX.3. Considerações sobre a Ampliação da Competitividade e Parcelamento.....	7
SEÇÃO X – DA ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES.....	7
SEÇÃO XI – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO.....	7
SEÇÃO XII – DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	8
SEÇÃO XIII – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	8
SEÇÃO XIV – DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO.....	8
SEÇÃO XV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	9
XV.1. Dos Requisitos de Qualificação Técnica da Empresa.....	9
XV.2. Dos Requisitos de Habilitação.....	9
XV.3. Dos Requisitos Gerais.....	10
XV.4. Dos Critérios de Segurança e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).....	11
SEÇÃO XVI – DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	11
SEÇÃO XVII – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	12
SEÇÃO XVIII – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	15
XVIII.1. Da Memória de Cálculo do Valor e Documentos de Suporte.....	15
SEÇÃO XIX – DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO.....	16
SEÇÃO XX – DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.....	16



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

SEÇÃO XXI – DA ANÁLISE DE RISCO.....	16
SEÇÃO XXII – DOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	16
SEÇÃO XXIII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.....	17
ANEXO A - MAPA DE RISCOS.....	17

SEÇÃO I – INTRODUÇÃO

1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa fundamentar a necessidade de contratação de serviços de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e de serviços de controle e prevenção de vetores e pragas urbanas (dedetização) no edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Paraná, neste documento denominada CONTRATANTE, bem como nas Procuradorias da República nos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e Umuarama, conforme diretrizes da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), que estabelece as normas gerais de licitação e contratação para a administração pública.
2. Este documento detalha os requisitos, justificativas e a solução mais adequada para garantir um ambiente de trabalho limpo, seguro e saudável para servidores, colaboradores e público externo.

SEÇÃO II – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3. A Equipe de Planejamento da Contratação, designada por meio da Portaria SE-PR/PR nº 105/2026 (DMPF nº 54/2026, pg.44), reuniu os seguintes servidores requisitantes das unidades do MPF/PR para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar:

Sede (PR/PR): Dirceu Geraldo Pereira de Andrade (matrícula 21714) e Miguel Sayde Filho (23270);
PRM Cascavel: Éder dos Santos Bueno (6725) e Ederson Pelegrini de Almeida (22183);
PRM Foz do Iguaçu: Bruno Oliveira Jimenez (29334);
PRM Francisco Beltrão: Ricardo Kalil (17914);
PRM Londrina: Sandro de Oliveira Lahoud (21910) e Eduardo Yamamoto Izutani (31570);
PRM Maringá: Solange Kiyomi Yasuda Minomo (5454);
PRM Umuarama: Damário Bárbara da Silva (6629-0).

4. O grupo realizou estudos, reuniões e análises documentais fundamentados nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a viabilidade técnica e econômica da solução para a salubridade dos reservatórios e controle de pragas em todas as sedes mencionadas.

SEÇÃO III – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

III.1. Do Objeto

5. Prestação de serviço continuado de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e controle e de serviços de prevenção de vetores e pragas urbanas, com disponibilização de mão de obra sem regime de dedicação exclusiva e com fornecimento de insumos, materiais, equipamentos e uniformes, nas dependências do MPF/PR, no edifício-sede da Procuradoria da República no Estado do Paraná, bem como nas Procuradorias da República nos Municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e Umuarama, conforme locais informados neste documento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

6. Os serviços de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e controle e de prevenção de vetores e pragas urbanas serão contratados com base nas dimensões das áreas físicas das sedes da CONTRATANTE e se darão em função da periodicidade estabelecida. Esta solução atende às necessidades institucionais já descritas e se amolda às determinações legais vigentes e orientações de órgãos de controle quanto a uma gestão de serviços por resultados/produtividade.

III.2. Do Regime de Execução

7. A execução será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em que a contratada será remunerada por ciclo de serviço realizado e atestado.

III.3. Da Vigência e da Prorrogação

8. Considerando tratar-se de serviço de natureza contínua, a vigência inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos até o limite de 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade econômica para a Administração, nos termos dos Artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

III.4. Da Dinâmica Operacional e Assistência Técnica (Garantia)

9. **Assistência Técnica:** A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica integral sem custos adicionais entre os ciclos de aplicação, caso haja reinfestação de pragas ou necessidade de novo laudo de potabilidade devido à execução inadequada.

10. **Garantia dos Serviços:** Estabelece-se o prazo de garantia mínima de 90 (noventa) dias para o serviço de controle de vetores, período no qual a empresa deverá realizar repasses (reforços) caso a eficácia do saneantes desinfestantes seja comprometida, em conformidade com o Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

III.5. Das Condições de Habilitação e Vistoria

11. **Vistoria:** Em observância ao Art. 63, §2º da Lei nº 14.133/2021, a vistoria ao local da prestação dos serviços será facultativa. Caso a licitante opte por não realizá-la, deverá apresentar declaração assinada por seu responsável técnico afirmando ter pleno conhecimento das condições locais e que assume a responsabilidade por eventuais dificuldades de execução não previstas em sua proposta. Outras informações sobre a vistoria facultativa constarão no Termo de Referência.

12. **Qualificação Técnica:** A licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional por meio de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto desta dispensa de licitação, nos termos do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

III.6. Da Conformidade Ética e Compliance

13. A contratação observará estritamente as vedações relativas ao nepotismo e conflito de interesses, devendo a CONTRATADA:

13.1. Declarar a inexistência de hipóteses de vedação previstas no Art. 4º da Resolução CNMP nº 177/2017.

13.2. Garantir que seus sócios, administradores ou gerentes não possuam parentesco (até o 3º grau) com membros ou servidores ocupantes de cargos de direção ou chefia na unidade contratante, conforme a Resolução CNMP nº 37/2009.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

SEÇÃO IV – DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

14. A contratação dos serviços de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e controle e prevenção de vetores e pragas urbanas almeja alcançar os seguintes resultados, que serão monitorados e avaliados ao longo da execução contratual:

14.1. garantir um ambiente limpo e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem-estar não só aos membros, servidores e estagiários, como também a todos os usuários e visitantes que buscam atendimento no MPF/PR;

14.2. garantir a continuidade dos serviços, cuja interrupção pode comprometer o fluxo dos trabalhos; e

14.3. fortalecer o princípio da economicidade.

SEÇÃO V – DA BASE LEGAL

15. Sem prejuízo de outras normas complementares e correlatas, aplica-se ao objeto em exame:

- a) a [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) a [Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010](#) – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- c) a [Lei 14785, de 27 de dezembro de 2023](#), que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins.
- d) a [Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#), que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- e) A [Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010](#), que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial;
- f) o [Decreto nº 10.396, de 12 de janeiro de 2022](#), que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- g) o [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- h) o [Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015](#), que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- i) a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022](#), que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- j) a [Instrução Normativa SG/MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018](#), que dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal;
- k) a [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017](#) (IN nº 5/2017), que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- l) a [Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021](#), que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;
- m) a [Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024](#), que atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

- n) a [Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023](#), que regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União;
- o) a [Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023](#), que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal;
- p) a [Portaria SG/MPF nº 174, de 20 de março de 2019](#), que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal;
- q) a [Resolução ANVISA RDC Nº 52/2009](#), de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;
- r) a [Resolução ANVISA RDC Nº 59/2010](#), de 22 de outubro de 2009, que dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes e dá outras providências;
- s) a [Resolução RDC/ANVISA nº 184/2001](#), que atualiza as normas e procedimentos referentes a registro de produtos Saneantes Domissanitários e outros de natureza e finalidades idênticas;
- t) a [Resolução RDC/ANVISA nº 294/2019](#), que estabelece os critérios para a avaliação e classificação toxicológica, adaptando o Brasil ao padrão internacional GHS (Sistema Globalmente Harmonizado);
- u) a [Resolução RDC/ANVISA nº 622/2022](#), que consolida as regras para o funcionamento das empresas especializadas e a execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas.
- v) a [Resolução RDC/ANVISA nº 682/2022](#), que dispõe sobre a categorização e o registro de saneantes desinfestantes (inseticidas, raticidas, etc.), definindo quais ativos são permitidos e as exigências de segurança.
- w) a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- x) a [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) – Lei de Acesso à Informação (LAI);
- y) a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

SEÇÃO VI – DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

16. A presente contratação fundamenta-se na imperatividade de assegurar a potabilidade da água consumida e a salubridade das instalações físicas do Ministério Público Federal no Paraná. A necessidade técnica divide-se em dois eixos principais:

17. Manutenção da Potabilidade: é indispensável a higienização e desinfecção química periódica dos reservatórios para evitar o acúmulo de detritos e a formação de biofilmes (camadas biológicas que comprometem a qualidade microbiológica). O procedimento deve garantir o estrito cumprimento da Portaria GM/MS nº 888/2021, mantendo, inclusive, o teor mínimo de 0,2 mg/L de Cloro Residual Livre (CRL). Para tanto, estabelece-se a periodicidade mínima semestral de limpeza.

18. Controle de Vetores e Pragas: visa prevenir a proliferação de artrópodes e roedores, mitigando riscos biológicos e a transmissão de doenças, com foco especial no combate ao *Aedes Aegypti*. Tais serviços garantem um ambiente de trabalho salubre para membros, servidores e o público externo.

SEÇÃO VII – DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO

19. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2026 - PGEA [1.25.000.005761/2025-90](#) e devidamente registrada no Sistema de Gestão Administrativa.

20. A presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (PEI/MPF) para o período 2024-2027, instituído por meio da [Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024](#), na medida em que atende ao Objetivo Estratégico nº 7, *in verbis*:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

OE 7 – Incentivar um ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.

SEÇÃO VIII – DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

21. Em razão do valor global anual estimado da contratação, haverá exclusividade à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, pois se enquadra no disposto no art. 48, Inciso I, da [Lei Complementar nº 123/2006](#) (exclusividade de participação às microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$80.000,00).

SEÇÃO IX – DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

IX.1. Das Soluções Consideradas

22. Para o atendimento da necessidade administrativa, foram analisadas as seguintes alternativas:

22.1. Execução Direta: Realização dos serviços por servidores do quadro próprio, mediante aquisição de insumos (inseticidas, raticidas, equipamentos de proteção e limpeza).

22.2. Execução Indireta (Terceirização): Contratação de empresa especializada no regime de prestação de serviços por escopo ou continuado.

22.3. Contratação por meio de “Facility Management”: Inclusão dos serviços em um contrato de gestão predial mais amplo.

IX.2. Da Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

23. Após análise, optou-se pela Execução Indireta (Contratação de Empresa Especializada), pelos seguintes motivos:

23.1. Aspecto Técnico: O controle de pragas e a limpeza de reservatórios exigem o manuseio de domissaneantes e produtos químicos restritos, além de certificações ambientais e sanitárias específicas (conforme RDC nº 52/2009 da ANVISA). A contratação externa de empresa especializada justifica-se, primordialmente, pela natureza acessória e instrumental do objeto, que não se insere no rol de atribuições dos cargos que compõem o quadro permanente do Ministério Público Federal. Nos termos do Art. 48 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve priorizar a execução indireta de atividades materiais acessórias que não constituam sua área de competência legal finalística

23.2. Aspecto Econômico: A execução direta exigiria o investimento em equipamentos de pulverização, EPIs específicos e logística de armazenamento de venenos, que possuem validade e risco de descarte. A terceirização transfere o risco operacional e o ônus da manutenção de equipamentos para a CONTRATADA, apresentando melhor custo-benefício (economia de escala do fornecedor).

23.3. Análise do Modelo de Gestão (Facility Management vs. Especializada): A alternativa de Facility Management (gestão integrada) foi considerada por permitir a unificação de serviços em um contrato de manutenção global. Entretanto, a Administração optou pela Contratação Especializada dividida em Lotes Geográficos. Tal decisão justifica-se pela necessidade de garantir a ampla competitividade e a participação de empresas locais (conforme Art. 40, §2º da Lei nº 14.133/2021), além de assegurar maior agilidade no atendimento das Procuradorias no interior do Estado, evitando os riscos de subcontratação excessiva e elevação de custos inerentes a contratos globais de grande porte.

23.4. Sustentabilidade Ambiental: A contratação indireta permite exigir que a CONTRATADA utilize produtos de baixa toxicidade e metodologias de controle integrado que minimizem o impacto ambiental, conforme diretrizes de logística sustentável (Art. 5º da Lei 14.133/21).

23.5. Benchmarking (Análise de Contratações Similares): A solução adotada está em consonância com o modelo de gestão de outros órgãos da Administração Pública, conforme demonstrado abaixo:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

Dados da Contratação	Objeto
Pregão Eletrônico n.º 90093/2025 – UFC/CE UASG: 155020	Controle de pragas
Pregão Eletrônico n.º 90002/2026 - CEFET/RJ UASG: 153010	Limpeza de Caixa d'água
Pregão Eletrônico n.º 90035/2025 – DPE/PR UASG: 929443	Controle de pragas e Limpeza de Caixa d'água
Dispensa de Licitação Contr. 51/2025 - PR/SP UASG: 200049 - 1.34.001.001013/2025-19	Controle de pragas e Limpeza de Caixa d'água

Tabela 1: Análise de Contratações Similares

IX.3. Considerações sobre a Ampliação da Competitividade e Parcelamento

24. Visando atender aos princípios da competitividade e proporcionalidade, a especificação técnica foi refinada:

24.1. Responsabilidade Técnica: Identificou-se que, devido à baixa complexidade dos reservatórios, a fiscalização técnica será exercida pela contratada por meio de seu Responsável Técnico, sendo dispensada a necessidade de sua presença física ininterrupta no local durante a execução. Mantém-se, contudo, a obrigatoriedade de que a empresa seja registrada nos conselhos de classe competentes e que o laudo de potabilidade e os certificados de execução sejam assinados por profissional habilitado.

24.2. Parcelamento (Lotes): Optou-se pela divisão do objeto em 05 (cinco) lotes geográficos. Tal medida se justifica para ampliar a competitividade, permitindo a participação de empresas locais, reduzindo custos de deslocamento e logística, e garantindo maior celeridade no atendimento de chamados, em observância ao Art. 40, §2º da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO X – DA ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES

25. **Contratações Válidas e Executadas (Contrato nº 17/2021 e Contrato 18/2021):** Os contratos anteriores, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 8/2021 (autos [1.25.000.001069/2021-69](#)) estão sendo executados pelas empresas BIOVETOR SERVIÇOS LTDA (para a sede da PR-PR) e WILSON ROBERTO DE ALMEIDA – ME (para as sedes de Umuarama e Foz do Iguaçu). A fase de execução dos referidos contratos (nº 17/2021 e 18/2021) é considerada satisfatória pela Fiscalização, não havendo registros de reclamações graves ou queixas de usuários que comprometessem a qualidade dos serviços de limpeza e a desinfecção química das caixas d'água e controle e prevenção de vetores e pragas urbanas e os Contratos têm duração prevista até a data de 12/08/2026.

26. **Conclusão e Ajustes para o Novo Planejamento:**

26.1. Aperfeiçoamento Operacional: Serão mantidas as diretrizes de execução dos serviços, dado o histórico satisfatório das execuções anteriores (Contratos nº 17/2021 e 18/2021);

26.2. Adequação Normativa: O dimensionamento será revisto em função da inclusão das sedes de Cascavel e Maringá.

SEÇÃO XI – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

27. Nos termos da Súmula nº 247 do TCU, a regra é de que a adjudicação deve ser efetivada por itens, a fim de possibilitar a mais ampla competitividade, salvo se houver justificativas para o agrupamento em lotes ou por preço global. O art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, também fixou orientação no sentido de que “as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

28. Por outro lado, o parcelamento deverá ser realizado somente em benefício da Administração, evitando que o resultado do processo licitatório acarrete prejuízo para o conjunto ou complexo de bens e serviços a ser contratado.

29. Após pesquisa em sites de empresas especializadas, verificou-se que é bastante comum que ambos os serviços objeto desta contratação, limpeza de caixa d'água e controle de pragas, sejam prestados pelas mesmas empresas, como exemplo apontamos:

- a. <https://matinseto.com.br/servicos/> Limpeza de caixa d'água + Controle de pragas
- b. <https://www.biotratsaneamento.com.br> Limpeza de caixa d'água + Controle de pragas
- c. <http://www.dedetizadoraampla.com.br> Limpeza de caixa d'água + Controle de pragas
- d. <https://biocontrolpr.com.br/> Limpeza de caixa d'água + Controle de pragas
- e. <http://www.smaginsset.com.br/> Limpeza de caixa d'água + Controle de pragas
- f. <http://www.dedetizadoraparana.com.br/> Limpeza de caixa d'água + Controle de pragas

30. Assim, entendemos tecnicamente viável unificar a solução, contratando em um único lote a limpeza de caixa d'água e controle de pragas para cada unidade da CONTRATANTE (total: 5 lotes) em um contrato vigente por 12 meses, pois haverá economicidade ao negociar de uma só vez a realização de ambos os serviços referentes a doze meses, o que torna mais atraente para que mais empresas participem da licitação devido ao valor total anual da contratação, bem como reduz os custos administrativos de instruir procedimentos de gestão para formalizar várias dispensas de licitação anualmente.

31. O **critério de adjudicação do objeto será, então, por lote/grupo – um lote/grupo para cada localidade de execução dos serviços.**

32. Espera-se, com a contratação em lotes distintos, gerar um ganho de economia, tornando mais atrativa a contratação para os participantes, ainda que se adote, para todos os contratos, uma uniformização nas rotinas, permitindo que a fiscalização dos contratos seja feita de maneira mais efetiva.

SEÇÃO XII – DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

33. O início da vigência do contrato deverá ocorrer **01/09/2026**, ou **em até 15 (quinze) dias** a contar da notificação do MPF/PR, em todas as unidades mencionadas neste ETP.

SEÇÃO XIII – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

34. A presente equipe propõe a vigência da contratação por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 10 (dez) anos, nos termos do artigo 108, da [Lei nº 14.133/2021](#).

35. A contratação inicial será de 12 meses, período padrão para análise da qualidade dos serviços prestados e para decisão de continuidade com a(s) empresa(s) contratada(s).

SEÇÃO XIV – DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

36. Considerando a importância de assegurar de forma rotineira e permanente a higiene dos reservatórios de água, bem como a prevenção e controle de pragas urbanas, e ainda, que se trata de um serviço técnico e especializado não abrangido entre as atribuições dos cargos e atividades do órgão, entende-se que o serviço é de natureza continuada e deve ser terceirizado a empresas do ramo por meio de contrato de execução indireta, celebrado após o devido procedimento de seleção por dispensa eletrônica, indo ao encontro do que dispõe o art. 1º, inciso XXII, da IN SG/MPF nº 01/2018, in verbis:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

“Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

(...)

IV. Análises microbiológicas e tratamento de águas;

(...)

L. Serviços de desinsetização, desratização e pulverização de mosquitos e serviços afins;

(...)

Parágrafo único. Poderão ser classificados como de natureza continuada serviços não previstos no caput deste artigo, mediante justificativa fundamentada.”

SEÇÃO XV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

XV.1. Dos Requisitos de Qualificação Técnica da Empresa

37. Para a execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, a empresa interessada na contratação deverá comprovar que possui em seu quadro técnico, no mínimo, um responsável técnico junto ao conselho competente (Engenharia, Química, Medicina Veterinária, etc) responsável pela fiscalização do exercício das funções relativas às atividades de controle de vetores e pragas urbanas.

38. O responsável técnico pertencente ao quadro da empresa deverá obrigatoriamente atuar como responsável técnico do serviço contratado e estar habilitado de acordo com o art. 8º da RDC nº 52/2009.

39. Apresentar Alvará de Funcionamento e Licença Ambiental e Sanitária expedida(s) pelo(s) respectivo(s) órgão(s) competente(s), nos termos do art. 5º, caput e §1º, da RDC nº 52/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

XV.2. Dos Requisitos de Habilitação

40. Em relação aos documentos de habilitação, será exigida a **comprovação** de aptidão para execução de **serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior** à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de **certidões** ou **atestados** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, desde que não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

41. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

- a) comprovação de experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e controle e prevenção de vetores e pragas urbanas, com áreas predominantemente de escritório ou similar, com fornecimento de materiais;**

42. A exigência de atestados que contemplem essa **gestão combinada (mão de obra + fornecimento de materiais)** justifica-se pelo fato de que a experiência em gerir apenas mão de obra, como comumente ocorre em contratações de serviços de apoio administrativo, recepção, copeiragem, entre outros, não garante a capacidade de gerir a complexa logística de materiais (aquisição dos itens, logística de entrega, reposição, padronização, controle de estoque em múltiplas unidades – 5 localidades dispersas no Paraná - e gestão da qualidade dos produtos fornecidos), sendo que a falta e/ou os atrasos podem inviabilizar a prestação dos serviços e ocasionar a paralisação de atividades que são essenciais para o funcionamento deste Órgão contratante.

43. Assim, esta Administração entende que a exigência de comprovação de experiência anterior da licitante em gestão de mão de obra **com fornecimento de materiais** é imprescindível e pertinente para a segurança da contratação, em razão de que não é plausível, lógico e razoável a permissão, no edital de licitação, da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

participação de empresas que não apresentem o mínimo de experiência na execução dos serviços objeto da licitação.

44. A exigência de experiência em execução dos serviços em ambientes predominantemente de escritório ou similar se dá porque os ambientes de escritório possuem características próprias, como circulação de pessoas e necessidade de horários específicos de limpeza. Tem-se a coexistência de múltiplas áreas (administrativas, salas de reuniões, salas de apoio, como copas, refeitórios e sanitários) ocupadas em vários andares. Além disso, possuem alta densidade de mobiliário e áreas de uso comum (sanitários e refeitórios) cuja manutenção é ditada pela extensão física.

45. Em suma, a **experiência comprovada** em execução em **ambientes predominantemente de escritório ou similar**, visa garantir que a empresa possua *know-how* para organizar rotinas de trabalho que atendam a essas particularidades, evitando interferências no funcionamento institucional e assegurando continuidade do serviço.

46. A Administração busca exigir os requisitos mínimos e indispensáveis indicados na legislação de regência que confirmam qualidade na contratação sem restringir a competitividade. Assim, considerando que o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, entende-se necessário e suficiente para esta contratação estabelecer o mesmo prazo – **doze meses – como comprovação de experiência mínima**.

XV.3. Dos Requisitos Gerais

47. Não será exigida GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

48. Não será admitida a subcontratação do objeto.

49. Poderá ocorrer a realização de serviços em finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente se a CONTRATANTE julgar conveniente, ou, se solicitado pela CONTRATADA e devidamente autorizado pela CONTRATANTE.

50. Os funcionários apresentar-se-ão com uniforme de identificação da empresa e crachá de identificação pessoal, com foto recente, sempre munidos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), constantes na norma técnica [NBR 11887](#) (EB 2187), e de acordo com a NR6 do Ministério do Trabalho.

51. Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias após o recebimento, pela CONTRATADA, da solicitação do Fiscal do Contrato.

52. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

53. A CONTRATADA se obriga a cumprir integralmente as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive os regulamentos internos da CONTRATANTE.

54. A CONTRATADA deverá estar licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente, conforme disposto na [Resolução RDC nº 622](#) de 9 de março de 2022, da ANVISA. Caso a CONTRATADA seja instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

54.1. As licenças deverão ser comprovadas na fase de habilitação da dispensa eletrônica.

55. A empresa CONTRATADA deverá ter em seu quadro pessoal tecnicamente qualificado para execução dos serviços contratados devendo apresentar o registro possuir registro da empresa e do seu responsável técnico junto ao respectivo Conselho Regional, tudo em conformidade com a [RDC nº 622](#) de 9 de março de 2022, da ANVISA;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

56. Os serviços deverão estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da [ANVISA – RDC Nº 622](#), DE 9 DE MARÇO DE 2022, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

XV.4. Dos Critérios de Segurança e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

57. a solução escolhida deverá observar rigorosamente as normas de segurança e medicina do trabalho (NR-6, NR-33 e NR-35), cujos detalhamentos operacionais e exigências de EPIs estão pormenorizados no Termo de Referência.DOS REQUISITOS AMBIENTAIS

58. Quanto ao requisito ambiental, no que diz respeito à sustentabilidade a CONTRATADA deverá:

58.1. adotar critérios de sustentabilidade nas obrigações com a CONTRATANTE observando os fundamentos legais constantes no [Decreto nº 7.746/2012](#), bem como a [IN nº 1/2010 – SLTI/MP](#), a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis na execução dos serviços, quando couber:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo [Decreto nº 9.178, de 2017](#));
- b) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- c) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais (Redação dada pelo [Decreto nº 9.178, de 2017](#));
- d) privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria-prima e materiais de origem local;
- e) treinamento e capacitação periódica dos funcionários sobre boas práticas de redução de consumo de energia elétrica, do consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) usar produtos saneantes desinfestantes, ferramentas e equipamentos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- g) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- h) respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela [ABNT](#) – Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

58.2. adotar medidas referentes a treinamento e capacitação periódica dos funcionários sobre boas práticas de reciclagem, de separação e de acondicionamento adequado de resíduos para coleta seletiva, atentando para o código de cores para os diferentes tipos de resíduos a ser adotada na identificação de coletores e transportadores, nos termos da [Lei nº 12.305/2010](#) regulamentada pelo [Decreto nº 10.936/2022](#), e da [Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001](#);

58.3. providenciar o descarte ambientalmente correto das embalagens de produtos utilizados na execução dos serviços, retornando-as à CONTRATADA, conforme as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, na [Lei nº 9.605/1998 de 12/02/1998](#), no Decreto nº 10.936/2022 e demais normas vigentes, no que couber.

SEÇÃO XVI – DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

59. Os serviços deverão ser prestados em cada uma das unidades do MPF/PR, conforme quadro abaixo. Ao longo da execução do contrato, essas unidades poderão ser expandidas, fechadas, separadas, reunidas ou mudar de endereço no mesmo município, a critério da administração superior do MPF. Eventuais alterações de endereços de sedes do MPF/PR, ao longo da contratação, dentro dos respectivos municípios, não constituem fundamento para revisão ou reequilíbrio dos valores contratuais.

60. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e a periodicidade informadas neste documento, nos seguintes endereços:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ	
CIDADE	ENDEREÇO E INFORMAÇÕES PARA CONTATO
Curitiba	SEDE: Rua Marechal Deodoro, 933 – Centro – CEP 80060-010 Tel. 41 3219-8833 – Curitiba/PR – prpr-nmsg@mpf.mp.br

Tabela 2: Endereços e informações de contato dos locais de execução dos serviços em Curitiba.

PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	
CIDADE	ENDEREÇO E INFORMAÇÕES PARA CONTATO
Cascavel	Avenida Brasil, 3939 – Centro – CEP 85812-002 Tel. 45 3219-7100 – Cascavel/PR – prpr-cascavel@mpf.mp.br
Foz do Iguaçu SEDE ATUAL	Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro – CEP 85851-120 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br
Foz do Iguaçu FUTURA SEDE (estimativa: 2027)	Avenida Paraná, 3.610 – Centro Cívico – CEP 85863-459 Tel. 45 3521-4500 – Foz do Iguaçu/PR – prpr-foz@mpf.mp.br
Maringá	Avenida Centenário, nº 105 – Zona 08 – CEP 87050-040 Tel. 44 3221-5800 – Maringá/PR – prpr-maringa@mpf.mp.br
Umuarama	Rua Guadiana, nº 3255 – Zona I, CEP 87501-020 Tel. 44 3621-0800 – Umuarama/PR – prpr-umuarama@mpf.mp.br

Tabela 3: Endereços e informações de contato dos locais de execução dos serviços nas PRMs do interior do PR.

SEÇÃO XVII – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

61. Embora não haja legislação que determine a periodicidade para limpeza de caixas d'água, a ANVISA orienta que a limpeza seja realizada semestralmente.

62. Quanto à prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, a legislação existente determina que o serviço seja realizado com certa periodicidade em áreas de produção, de armazenamento, de transporte e de comércio de alimentos, além de instituições voltadas para a saúde, como hospitais e clínicas. Porém, a periodicidade da dedetização comercial vai depender de determinadas características do imóvel e a que fim ele se destina.

63. Dessa forma, considerando a experiência dos fiscais e gestores locais, as características arquitetônicas dos imóveis e os aspectos ambientais de cada localidade, como arborização, coleta de lixo urbano, etc, considerou-se como adequado que o serviço seja realizado semestralmente em toda a área dos imóveis, com atenção especial para copas e refeitórios, áreas de garagens, onde habitualmente há roedores, e nas áreas externas.

64. A exceção é a sede de Foz do Iguaçu, que por conta das características do imóvel e seu entorno, sugere-se a aplicação trimestral.

XVII.1. Da Fundamentação da Periodicidade e Memória de Cálculo das Quantidades

65. A definição quantitativa baseou-se nos seguintes critérios:

65.1. Parâmetros Normativos: Recomendações da ANVISA e boas práticas de higiene para limpeza de reservatórios (semestral).

65.2. Histórico e Vistoria: Relatórios de fiscalização de contratos anteriores e medições realizadas in loco ou extraídas das plantas baixas das edificações (conforme detalhamento nos itens de cada Lote), que relacionam a metragem quadrada (m²) a ser atendida.

65.3. Metodologia de Risco: Diferenciação da periodicidade entre a sede de Foz do Iguaçu e a PR-PR e as PRMs, conforme os quadros abaixo:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

LOTE 01 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ - CURITIBA		
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE
1	Limpeza de caixas d'água ✓ 1 Cisterna com 18 m3 ✓ 1 Caixa d'água elevada com 45 m3. ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	2 (1 por semestre)
2	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 588,43 m2, sendo: Subsolo 1 - 225,41 m2 Subsolo 2 - 267,21 m2 Copas do 1º ao 15º andar 59,27 m2 Área externa 36,54 m2 Garantia dos serviços de 03 meses.	2 (1 por semestre)

Tabela 4: Descrição dos serviços em Curitiba.

LOTE 02 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL		
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE
3	Limpeza de caixas d'água ✓ 1 Caixa d'água com 1,75 m3 ✓ 1 Caixa d'água com 2 m3 ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	2 (1 por semestre)
4	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 1.400 m2 Garantia dos serviços de 03 meses.	2 (1 por semestre)

Tabela 5: Descrição dos serviços em Cascavel.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

LOTE 03 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU		
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE
5	Limpeza de caixas d'água - Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro ✓ 2 Caixas d'água com 10 m3 ✓ 1 Caixa d'água com 3 m3 ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	2 (1 por semestre)
6	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas - Rua Edmundo de Barros, 660 Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 2.317,40 m ² Garantia dos serviços de 03 meses.	2 (1 por semestre)
7	Limpeza de caixas d'água - Avenida Paraná, 3.610 – Centro Cívico ✓ 2 Caixas d'água com 1 m3. ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	2 (1 por semestre)
8	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas - Avenida Paraná, 3.610 Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 1.157,98 m ² Garantia dos serviços de 03 meses.	4 (1 por trimestre)

Tabela 6: Descrição dos serviços em Foz do Iguaçu.

LOTE 04 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ		
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE
9	Limpeza de caixas d'água ✓ 2 Caixas d'água com 10 m3 cada, totalizando 20 m3 ✓ 1 Caixa d'água com 3 m3 ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	2 (1 por semestre)
10	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 2.830 m2 Garantia dos serviços de 03 meses.	4 (1 por trimestre)

Tabela 7: Descrição dos serviços em Maringá.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

LOTE 05 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA		
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE
11	Limpeza de caixas d'água ✓ 1 Caixa d'água com 10 m3 (sob demanda) ✓ 1 Caixa d'água com 5 m3 ✓ Laudo laboratorial de análise da potabilidade.	1 (sob demanda) 2 (1 por semestre)
12	Controle e prevenção de vetores e pragas urbanas Desinfestação de insetos e roedores como baratas, ratos, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, traças, etc., em ralos, caixas de inspeção de redes de esgoto, elétrica, águas pluviais, em lixeiras e onde for julgado necessário. ✓ Área total de aplicação: 2.002,14 m2 Garantia dos serviços de 03 meses.	2 (1 por semestre)

Tabela 8: Descrição dos serviços em Umuarama.

SEÇÃO XVIII – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

66. Para fins de referência, o preço estimado global para a presente contratação é de R\$ 57.969,85 (quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

67. Os preços foram estimados com base em pesquisa realizada com fornecedores locais para análise preliminar da viabilidade da contratação, porém, se aprovado o presente estudo técnico, a pesquisa de preços para estabelecer o limite máximo estimado para a licitação deverá ser realizada posteriormente em conformidade com o previsto na [IN SEGES nº 73/2020](#).

QUADRO RESUMO – PESQUISA PRELIMINAR					
ITEM	CIDADE	SERVIÇO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MEDIANO	PREÇO ANUAL ESTIMADO
1	CURITIBA (PR/PR)	limpeza de caixas d'água	2	R\$ 1.440,00	R\$ 2.880,00
2	CURITIBA (PR/PR)	prevenção de pragas urbanas	2	R\$ 975,00	R\$ 1.950,00
3	CASCADEL	limpeza de caixas d'água	2	R\$ 1.825,00	R\$ 3.650,00
4	CASCADEL	prevenção de pragas urbanas	2	R\$ 3.043,33	R\$ 6.086,67
5	FOZ DO IGUAÇU	limpeza de caixas d'água – Sede 1	2	R\$ 4.946,67	R\$ 9.893,33
6	FOZ DO IGUAÇU	prevenção de pragas urbanas – Sede 1	2	R\$ 3.785,09	R\$ 7.570,17
7	FOZ DO IGUAÇU	limpeza de caixas d'água – Sede 2	2	R\$ 1.025,33	R\$ 2.050,67
8	FOZ DO IGUAÇU	prevenção de pragas urbanas – Sede 2	4	R\$ 1.968,57	R\$ 7.874,27
9	MARINGÁ	limpeza de caixas d'água	2	R\$ 2.033,33	R\$ 4.066,67
10	MARINGÁ	prevenção de pragas urbanas	4	R\$ 1.233,33	R\$ 4.933,33
11	UMUARAMA	limpeza de caixas d'água	2	R\$ 1.050,00	R\$ 2.100,00
12	UMUARAMA	limpeza de caixas d'água (sob demanda)	1	R\$ 1.733,33	R\$ 1.733,33
13	UMUARAMA	prevenção de pragas urbanas	2	R\$ 1.590,71	R\$ 3.181,41
VALOR ANUAL		GLOBAL ESTIMADO ==>			R\$ 57.969,85

Tabela 9: Composição de custos conforme pesquisas preliminares

XVIII.1. Da Memória de Cálculo do Valor e Documentos de Suporte

68. Composição de Preços: O valor total foi obtido através da soma dos produtos das quantidades estimadas (dos itens de cada lote) pelos seus respectivos preços unitários referenciais de mercado, obtidos em levantamento preliminar.

69. Preços Unitários Referenciais: Para fins deste estudo, considerou-se a **mediana** apurada em consulta direta a fornecedores locais e análise de contratos similares, cujos comprovantes de cotação e mapa



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

comparativo de preços encontram-se acostados aos autos ou podem ser consultados pelos documentos de referência.

70. Publicidade do Orçamento: Para a presente licitação, a Administração NÃO optará pelo sigilo do valor estimado (conforme faculta o Art. 24 da [Lei 14.133/2021](#)), mantendo o orçamento público desde a divulgação do edital, visando orientar a elaboração das propostas pelas licitantes.

SEÇÃO XIX – DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

71. Considerando que a execução dos serviços são rotineiros em todas as unidades, não se vislumbra a necessidade de adequação do Órgão para efetivação da presente contratação, pois os ambientes do Órgão já se encontram adequados para que o serviço ora pretendido seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada surta seus efeitos.

72. Igualmente, não se verifica necessidade de capacitação prévia de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços, eis que se trata de contratação recorrente e de amplo conhecimento dos fiscais e gestores de contratos do MPF.

73. Assim, todos os elementos necessários (pessoas, processos, estrutura organizacional, espaço físico, infraestrutura, tecnologia, autorizações etc.) estão disponíveis indo ao encontro do que reza a [Lei 14.133/2021](#) (art. 18, § 1º, X).

SEÇÃO XX – DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

74. Não se evidenciam contratações correlatas ou interdependentes que possam gerar economia de escala ou impactar a solução proposta.

SEÇÃO XXI – DA ANÁLISE DE RISCO

75. Foram identificados os principais riscos que podem comprometer a efetividade da contratação e estão pormenorizadamente descritos no Mapa de Riscos, Anexo A deste estudo.

SEÇÃO XXII – DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

76. Por conta do uso de produtos químicos de limpeza, a contratação pretendida pode oferecer riscos ambientais. De acordo com as normas de Segurança do Trabalho, estes riscos são aqueles capazes de provocar danos à saúde dos trabalhadores, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição.

77. Além disso, o descarte de materiais de maneira incorreta, o desperdício de água e energia, entre outros aspectos da contratação, podem ocasionar impactos negativos ao meio ambiente.

78. Dessa forma, a empresa CONTRATADA deverá observar as seguintes diretrizes:

78.1. atender aos Requisitos de Sustentabilidade previstos neste ETP e nos demais documentos vinculados à contratação;

78.2. a ação do ciclo de vida dos produtos a serem utilizados deve considerar seu impacto ambiental em todos os seus estágios até sua disposição final, com o propósito de minimizar o dano ambiental;

78.3. os materiais utilizados na fabricação dos produtos ofertados devem atender aos requisitos ambientais vigentes, de forma que esses produtos sejam sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

78.4. caberá à empresa CONTRATADA se responsabilizar pela disposição final responsável e ambientalmente adequada dos materiais e das embalagens de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta nos arts. 32 e 33 da [Lei no 12.305/2010](#), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

78.5. nos termos do artigo 1º, parágrafo único, do [Decreto nº 2.783/1998](#), e artigo 4º da [Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000](#), é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal;

78.6. as ações da empresa CONTRATADA devem estar em conformidade com o contido no [Guia de Contratações Sustentáveis do MPF](#);

a) é responsabilidade da empresa contratada capacitar e fiscalizar seus profissionais quanto a:

a.1. Práticas socioambientais para economia de energia;

a.2. Práticas socioambientais para economia de água, com uso racional de água tratada (especialmente durante a higienização de reservatórios) evitando desperdícios (aproveitar ao máximo a água estocada antes do esvaziamento);

a.3. Práticas socioambientais de redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço, com observância às normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

78.7. adotar critérios de sustentabilidade em observância ao inciso IV do art. 11 da [Lei nº 14.133/2021](#).

SEÇÃO XXIII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

79. Diante do que restou constatado durante a realização deste estudo técnico preliminar, concluímos pela **viabilidade** da contratação de serviço de limpeza e desinfecção química das caixas d'água e de controle e prevenção de vetores e pragas urbanas, sem dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos, para a Procuradoria da República no Estado do Paraná, em Curitiba/PR, e as unidades jurisdicionadas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e Umuarama.

80. A contratação objeto deste estudo técnico preliminar é viável, dentre outras razões, por:

80.1. ter sido autorizada a contratação no Plano Anual de Contratações 2026;

80.2. haver empresas no mercado com capacidade técnica para atender o escopo da contratação pretendida;

80.3. a necessidade apontada ser clara e adequadamente justificada;

80.4. não haver necessidade de adequar o ambiente do órgão para a contratação pretendida;

80.5. terem sido realizadas estimativas de preços de mercado a fim de que a Administração possa avaliar e programar o provimento de recursos necessários ao longo de todo o período de execução da solução;

80.6. os resultados pretendidos com a solução escolhida atenderem às necessidades apresentadas e agregarem melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade;

80.7. ser garantida a continuidade na prestação desses serviços nas sedes do MPF/PR.

ANEXO A - MAPA DE RISCOS

Serviços de limpeza de caixas d'água e controle e prevenção de vetores e pragas urbanas

Elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

FASE DA CONTRATAÇÃO		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do contrato		
RISCO 1: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INCORRER EM RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE		
PROBABILIDADE:	(X) Baixa	() Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo	() Médio (X) Alto
DANOS		
Anulação do procedimento de seleção, atraso na contratação de meses e descontinuidade dos serviços.		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL(IS)
Limitar a comprovação de capacidade técnica-operacional a 50% do quantitativo (art. 67, § 2º, Lei nº 14.133/2021). Revisão Jurídica: Submissão obrigatória do Edital/TR à Consultoria Jurídica antes da publicação, com foco na conformidade das cláusulas restritivas.		Equipe de Planejamento, Agente de Contratação, Assessoria Jurídica
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL(IS)
Caso o risco se concretize (questionamento/impugnação): suspender o processo para reanálise das cláusulas impugnadas e eventual correção via errata ou revogação/anulação parcial. Se houver descontinuidade do serviço: Contratação emergencial (art. 75, VIII, Lei nº 14.133/2021).		CA

Tabela 10: Ações do Risco 1 (anulação do certame).

FASE DA CONTRATAÇÃO		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do contrato		
RISCO 2: INADEQUAÇÕES DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS À LEI Nº 14.133/2021		
PROBABILIDADE:	(X) Baixa	() Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo	() Médio (X) Alto
DANOS		
Questionamentos no TCU ou no Judiciário por falha na aplicação da nova lei (ex: critérios de julgamento, mecanismos de controle) ou uso indevido de normas da Lei nº 8.666/93.		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL(IS)
Garantir que a equipe de planejamento e o Agente da Contratação tenham capacitação específica e atualizada na Lei nº 14.133/2021 . Utilizar <i>checklists</i> específicos da Lei nº 14.133/2021 (incluindo ETP e TR) e revisar o ETP e TR para eliminar qualquer referência à legislação anterior.		Equipe de Planejamento, Agente da Contratação
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL(IS)
. Em caso de Questionamento/Impugnação: suspender o processo e solicitar parecer da Assessoria Jurídica sobre o dispositivo questionado à luz da nova Lei. . Se o risco gerar anulação: reiniciar a fase interna com foco na legalidade estrita.		CA

Tabela 11: Ações do Risco 2 (inadequações do edital).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

FASE DA CONTRATAÇÃO		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do contrato		
RISCO 3: EQUÍVOCO NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO PARA DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO.		
PROBABILIDADE:	(X) Baixa	() Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo	() Médio (X) Alto
DANOS		
Valor máximo admitido sugerido acima/abaixo do real. Insucesso na contratação (dispensa eletrônica frustrada ou deserta)		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL(IS)
Utilizar como parâmetro as planilhas disponibilizadas pela Auditoria Interna do MPU e Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023 . Capacitação de servidores envolvidos na elaboração da planilha, manter memória de cálculo detalhada e acompanhar os normativos pertinentes.		Equipe de planejamento, DICGC
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL(IS)
Refazer a pesquisa de preços e republicar a Dispensa Eletrônica		Equipe de Planejamento, Agente da Contratação

Tabela 12: Ações do Risco 3 (equivocos na realização da pesquisa de mercado).

FASE DA CONTRATAÇÃO		
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
(X) Gestão da contratação		
RISCO 6: BAIXA QUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
PROBABILIDADE:	() Baixa	(X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo	(X) Médio () Alto
DANOS		
Seleção de funcionários sem habilitação técnica (NR-33/NR-35) para as atividades; uso de produtos com princípios ativos ineficazes, vencidos ou perigosos.		
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
Estabelecimento de critérios de qualificação técnico-operacional na fase de seleção do fornecedor. Adoção de Instrumento de Medição de resultado, que permita o desconto de percentuais da fatura, de modo a incentivar a contratada a manter os padrões de qualidade.		Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL
Notificação da empresa para ciência e providências. Abertura de processo administrativo para apuração da responsabilidade. Não prorrogação do contrato ou rescisão contratual, a depender da gravidade.		DICGC e CA

Tabela 13: Ações do Risco 4 (baixa qualidade dos serviços).